

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER - CECTEL

Parecer n.º 2 de 15 de Fevereiro de 2021.

Projeto de Lei n.º 12/2021 de 08 de Fevereiro de 2021.

### Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, *“Altera a redação do art. 5º da Lei Municipal nº 4819, de 01 de Dezembro de 2020, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências”*.

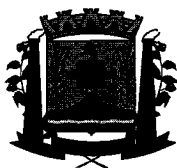
O projeto de Lei n.º 12/2021 foi encaminhado à Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer para emissão de parecer quanto ao mérito, nos termos do artigo 51, do Regimento Interno.

*“Art. 51. Compete à Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer manifestar-se em todos os projetos e matérias que versem sobre educação, ensino, convênios escolares, bolsas de estudo e merenda escolar; desenvolvimento cultural e acesso às fontes da cultura ubaense, além de datas comemorativas”*.

### Fundamentação

Em análise à Lei Orgânica Municipal, em seu art. 199, inciso V, é de competência do município a seguinte premissa:

*“Art. 199. É dever do município promover a Educação Pré-Escolar e o ensino do 1º grau, prioritariamente, e o 2º grau devendo observar os seguintes princípios:*



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

(...)

*V – Valorização dos profissionais de ensino.*

A Lei 9394/96, conhecida como Lei de Diretrizes Básicas (LDB), em seu art. 3º, inciso VII, cita a “valorização do profissional de educação”. E vai além em seu art. 67, que versa:

*“Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive, nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:*

*(...)*

*II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;*

*III - piso salarial profissional;*

*IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;*

*(...)*

Cita-se, ainda, o entendimento do eminente Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF):

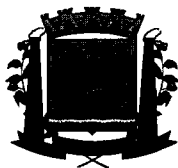
*“Este Tribunal, ademais, também já decidiu, de forma convergente com a doutrina que, para a contratação temporária, é preciso que:*

*a) os casos excepcionais estejam previstos em lei;*

*b) o prazo de contratação seja pré-determinado;*

*c) a necessidade seja temporária; e,*

*d) o interesse público seja excepcional”.*



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

A contratação temporária configura permissivo constitucional de exceção, vinculado a existência de regulamentação própria e adstrita as condições fixadas na Constituição que autorizam sua efetivação, sendo eles: a caracterização da necessidade temporária, o excepcional interesse público e o prazo determinado da contratação.

## Conclusão

Mediante o exposto acima, a Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer opina pela aprovação do Projeto de Lei n.º 12/2021.

Ubá, 15 de Fevereiro de 2021.

VEREADOR EDEIR PACHECO DA COSTA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

VEREADOR GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS  
MEMBRO DA COMISSÃO

VEREADORA ALINE MOREIRA SILVA MELO  
MEMBRO DA COMISSÃO